

DITADURA E RESENTIMENTO: UM ESTUDO DE *RABO DE FOGUETE*, DE FERREIRA GULLAR, E *AINDA ESTOU AQUI*, DE MARCELO RUBENS PAIVA

DICTIONSHIP AND RESENTMENT: A STUDY OF *RABO DE FOGUETE*, BY FERREIRA GULLAR, AND *AINDA ESTOU AQUI*, BY MARCELO RUBENS PAIVA

Gabriely Rosa Caetano¹

 Universidade Federal de Juiz de Fora
grosacaetano@gmail.com

Viviane Aparecida Santos²

 Universidade Federal de Juiz de Fora
vivianesantos.jf@gmail.com



RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar como o ressentimento em relação aos regimes ditatoriais na América Latina, em especial à ditadura militar brasileira, se apresenta nas autobiografias *Rabo de foguete: os anos de exílio*, de Ferreira Gullar (2008), e *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva (2015). Sobre esse corpus, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. Como embasamento teórico, foram utilizados: a definição de ressentimento apresentada por Ansart (2004); os estudos de Lejeune (2008) a respeito do gênero autobiografia; a pesquisa de Eurídice Figueiredo (2017 apud Licarião, 2018) acerca da literatura como arquivo da ditadura militar brasileira; e as contribuições dos autores Le Goff (1996), Pollak (1989), Seixas (2004) e Halbwachs (2006 apud Weber; Pereira, 2010) sobre literatura, história e memória. A análise foi dividida em duas categorias: o medo como formador do ressentimento em vítimas da repressão e o ressentimento por parte de seus familiares. Como resultado, constatou-se que esses relatos autobiográficos revelam traços de ressentimentos que se formam a partir, sobretudo, do medo, da raiva, da tristeza, da mágoa e da sensação de injustiça. Por fim, foi possível concluir que tanto as vítimas diretas da repressão, como Ferreira Gullar e Rubens Beyrodt Paiva, quanto os seus familiares e amigos são afetados, como demonstra a experiência de Marcelo Rubens Paiva.

PALAVRAS-CHAVE: *Rabo de Foguete*; *Ainda estou aqui*; Ressentimento; Literatura, História e memória; Autobiografia.

ABSTRACT: This study aims to analyze how resentment toward dictatorial regimes in Latin America, particularly the Brazilian military dictatorship, emerges in the autobiographies *Rabo de foguete: os anos de exílio* by Ferreira Gullar (2008) and *Ainda estou aqui* by Marcelo Rubens Paiva (2015). A qualitative bibliographic research was conducted on this corpus. The theoretical framework includes: the definition of resentment proposed by Ansart (2004); Lejeune's (2008) studies on the autobiography genre; Eurídice Figueiredo's research (2017 apud Licarião, 2018) on literature as an archive of the Brazilian military dictatorship; and the contributions of Le Goff (1996), Pollak (1989), Seixas (2004), and Halbwachs (2006 apud Weber & Pereira, 2010) regarding literature, history, and memory. The analysis was divided into two categories: fear as a constitutive element of resentment in victims of repression, and resentment experienced by their relatives. The results indicate that these autobiographical narratives reveal traces of resentment shaped primarily by fear, anger, sorrow, grievance, and the sense of injustice. Finally, it was possible to conclude that both the direct victims of repression, such as Ferreira Gullar and Rubens Beyrodt Paiva, and their relatives and friends are affected, as demonstrated by the experience of Marcelo Rubens Paiva.

KEYWORDS: *Rabo de Foguete*; *Ainda estou aqui*; Resentment; Literature, History and memory; Autobiography.

REVISTA
Decifrar

(ISSN: 2318-2229)

Vol. 13, Nº. 27 (Jul-Dez/2025)

Informações sobre os autores:

1 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudo Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora. Graduada em Letras/Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Viçosa (2023). Desenvolve atualmente a pesquisa "Grande sertão: veredas" em quadrinhos: a transposição midiática de personagens literárias para o romance gráfico", com bolsa FAPEMIG. Possui experiência na área de Letras e seus interesses investigativos incidem sobre os seguintes temas: Literatura Brasileira; Literatura e Transdisciplinaridade; Literatura e Intermidialidade.

2 Doutora em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2016), mestra em Letras pela Universidade Federal de São João del-Rei (2010) e graduada em Letras pela Universidade Federal de São João del-Rei (2006). Realizou o pós-doutorado na Universidade Federal de Juiz de Fora (2024). Tem experiência profissional e acadêmica na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: memória, exílio, identidade e literatura.

 10.29281/rd.v13i27.17224

Fluxo de trabalho

Recebido: 29/11/2024

Aceito: 11/06/2025

Publicado: 26/09/2025

Editora da Universidade Federal do Amazonas (EDUA)

Programa de Pós-Graduação em Letras

Faculdade de Letras

Grupo de Estudos e Pesquisas em Literaturas de Língua Portuguesa (GEPELIP)



Este trabalho está licenciado sob uma licença:



Verificador de Plágio

Plagius



INTRODUÇÃO

O ano de 2024 marca os 60 anos do golpe militar de 1964. Neste ano, também se completam 10 anos da publicação dos relatórios finais da Comissão Nacional da Verdade, que expõem as violências cometidas durante o período sombrio de autoritarismo no Brasil.¹ Nesse contexto, somos convidados a lembrar e discutir sobre os 21 anos de ditadura e suas cicatrizes, ainda hoje sentidas, na sociedade brasileira.

As produções sobre o período ditatorial, sejam elas científicas, artísticas ou culturais, não são recentes. Contudo, mesmo após a ampla divulgação das práticas de repressão, censura e violações dos direitos humanos ocorridas nesse período, há, ainda hoje, pessoas favoráveis ao regime autoritário, como foi possível constatar a partir das manifestações em prol da ditadura realizadas no país em 2019, quando o golpe completou 55 anos. Sendo assim, os debates acerca do assunto conservam-se não apenas relevantes, mas necessários.

Projetos artísticos sobre esse período da nossa história são observados desde a década de 1960 até a atualidade, portanto, não compõem um fenômeno atual, mas constante. Nos últimos anos, fomos agraciados pelo cinema nacional com obras expressivas, como é o caso de *Marighella*, filme de 2021, dirigido por Wagner Moura. Em 2024, o longa-metragem *Ainda estou aqui*, dirigido Walter Salles e lançado no dia 7 de novembro, repercutiu e levou multidões às salas de cinema de todo o país, isso após ser premiado no Festival de Veneza, escolhido pela Academia Brasileira de Cinema para representar o país no Oscar 2025 e, nessa premiação, ter conquistado a estatueta de melhor filme internacional, feito inédito para o cinema brasileiro.

Ainda estou aqui é uma adaptação do livro homônimo, de autoria de Marcelo Rubens Paiva, publicado em 2015. Nessa autobiografia, que compreende o período que vai desde a infância do autor até o momento da escrita do livro, Paiva narra as próprias vivências e, inevitavelmente, de sua família durante a ditadura militar, a redemocratização e também expõe a busca por justiça após o assassinato de seu pai, vítima de tortura. O ex-deputado federal Rubens Beyrodt Paiva foi preso, torturado e veio a falecer nas dependências do DOI-Codi do Rio de Janeiro em janeiro de 1971.

Outra autobiografia que será adaptada para o cinema é *Rabo de foguete*: os anos de exílio, de Ferreira Gullar. Com direção de Lirio Ferreira e ainda sem previsão de lançamento, o filme terá cenas gravadas no Brasil e na Argentina, um dos países onde Gullar viveu durante o exílio. Em seu livro, publicado pela primeira vez em 1998, Ferreira Gullar relata sua experiência desde o momento em que é comunicado da citação de seu nome como membro dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), percorrendo

¹ Este trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

o período em que viveu na clandestinidade no país, o exílio na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no Chile, no Peru e na Argentina, até o seu retorno ao Brasil em 1977.

Assim como as discussões sobre o autoritarismo, as reflexões sobre transdisciplinaridade são de suma relevância na contemporaneidade. O gênero literário “autobiografia”, por sua vez, constitui um fecundo objeto de estudo sobre essas relações, principalmente as estabelecidas entre literatura, história e memória. Por essa razão, elegemos como *corpus* para este trabalho as autobiografias de Gullar e Paiva: *Rabo de foguete: os anos de exílio* e *Ainda estou aqui*, respectivamente.

Como recorte de estudo, ficou estabelecida a investigação do ressentimento, que é um sentimento presente em todas as sociedades, mas é também estimulado em maior ou menor grau pelo sistema político e pelas conjunturas do país. Além disso, os ressentimentos são importantes para a história, visto que estão nas bases dos movimentos sociais e, assim, funcionam como motores para as revoluções.

Dessa forma, este artigo pretende discutir como as ditaduras na América Latina, em especial a ditadura militar brasileira, favoreceram a formação de ressentimentos. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, na qual foi empreendida uma análise comparativa das obras selecionadas como *corpus*, ambas autobiográficas, no intuito de concretizar as investigações sobre literatura, memória e história.

1 LITERATURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA

É consensual que as relações estabelecidas entre História, Memória e Literatura não datam de agora, pelo contrário, são vislumbradas desde a Grécia Antiga. Conforme Seixas (2004, p. 39, grifos da autora):

Essa noção, que retém predominantemente a memória como faculdade intelectual, a **memória-conhecimento**, alimentou toda a tradição platônica e neoplatônica que, por sua vez, fecundou a idade média, de onde, a partir da importância da concepção agostiniana da memória, influenciou toda a cultura racionalista posterior. A adequação entre memória e história possui, portanto, raízes sólidas e longas.

Ainda de acordo com a autora, a memória e a história são inseparáveis. Ao analisar as adequações entre história e memória em diferentes abordagens e temporalidades, Seixas (2004) conclui que a memória, em maior ou menor grau de liberdade, sempre será dominada pela história, fazendo com que a ligação entre elas seja impossível de ser desfeita.



Dois importantes apontamentos de Jacques Le Goff (1996) acerca da memória são a sua manifestação pela linguagem e seu vínculo intrínseco com o poder. Corrobora essa reflexão Michael Pollak (1989), que se interessa pelas memórias que nomeou “subterrâneas”. São assim chamadas as memórias que, assim como seus indivíduos, compõem a minoria, são marginalizadas, apagadas, silenciadas e se opõem à memória “oficial” da nação. Em suma, aqueles que possuem o poder na sociedade detêm, por consequência, o poder sobre a memória e a história nacionais.

A luta por esses poderes é ininterrupta. Segundo Pierre Ansart (2004), existem algumas atitudes possíveis ao lidar com as memórias individuais e coletivas acerca dos fatos, dos ressentimentos, das perseguições etc. Parte delas tocam a questão da luta pela memória: a rememoração e a revisão. Ao rememorar, há a não-aceitação do esquecimento e, ao revisar, instaura-se uma “guerra de memória” (Ansart, 2004, p. 32). Para Seixas (2004), em razão da memória tornar poderoso aquele que possui o poder sobre ela, ela nunca será uma lembrança despropositada do passado, pelo contrário, sempre estará engajada em controlá-lo e, dessa maneira, controlar também o presente.

O movimento de trazer à tona as memórias subterrâneas almeja efetuar uma transformação na memória coletiva e, conseqüentemente, na história oficial do país. Isso porque, de acordo com Maurice Halbwachs (2006 *apud* Weber; Pereira, 2010), a memória coletiva é construída a partir das memórias individuais dos sujeitos. Além disso, o autor ressalta que, quando lembramos, evocamos os grupos sociais dos quais fazemos parte, como, por exemplo, a família ou a nação. A esse respeito, Halbwachs (2006 *apud* Weber; Pereira, 2010, p. 107) assinala o papel das testemunhas: “as pessoas com quem conviveu naquelas experiências compartilharam das mesmas lembranças e se tornaram ‘testemunhos’, necessários para confirmar ou recordar uma lembrança”. Em resumo, cada memória individual representa um ponto de vista sobre a memória coletiva e essa perspectiva varia conforme a posição do indivíduo no grupo.

Marcel Proust (1954 *apud* Seixas, 2004, p. 51, grifo da autora) defendia “a noção de uma otimista **memória construtivista**”. Para ele,

a memória age “tecendo” fios entre os seres, os lugares, os acontecimentos (tornando alguns mais densos em relação a outros), mais do que recuperando-os, resgatando-os ou descrevendo-os como “realmente” aconteceu. [...] A memória recria o real; nesse sentido, é a própria realidade que se forma na (e pela) memória (Proust, 1954 *apud* Seixas, 2004, p. 51).

Por fim, Proust (1954 *apud* Seixas, 2004) aponta a arte como o território privilegiado para essa reconstrução. No que tange à literatura, merece destaque o gênero “autobiografia”, que articula história, memória e ficção.

2 AUTOBIOGRAFIA E DITADURA

As autobiografias constituem um rico material para a observação das imbricações entre literatura, história e memória. A partir da década de 1970, Philippe Lejeune (2008) dedicou-se a definir autobiografia, gênero literário há muito negligenciado. Já nas primeiras páginas de seu *Le Pacte Autobiographique*, de 1975, Lejeune definiu o gênero como a “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (Lejeune, 2008, p. 14).

Ainda nesse texto seminal, Lejeune (2008) aponta para dois pactos inerentes à autobiografia: o referencial e o autobiográfico. O pacto autobiográfico é a aceitação pelo leitor de que o narrador/personagem remete ao autor do livro; enquanto o pacto referencial diz respeito ao acordo entre leitor e autor em que este se compromete a apresentar com exatidão as informações e manter a fidelidade com o real. Dissociá-los, segundo o autor, é algo muito difícil (Lejeune, 2008).

A obra de Lejeune sobre o tema estendeu-se por três décadas, nas quais refletiu e revisou seus trabalhos anteriores à luz de tópicos antes não avistados. Na publicação subsequente a *O pacto autobiográfico*, ele destaca que, de maneira geral, autobiografia é todo texto que é regido por um pacto autobiográfico. O francês também reconhece que anteriormente deixou de considerar elementos importantes como o estilo na sua definição e, numa autocrítica, ele afirma que é uma “ilusão acreditar que se pode dizer a verdade e acreditar que temos uma existência individual autônoma” (Lejeune, 2008, p. 65).

Nesse ponto, nota-se uma correlação com os estudos de Halbwachs (2006 *apud* Weber; Pereira, 2010) e outros pensadores sobre as memórias individual e coletiva. Na autobiografia, não é possível que o indivíduo narre apenas a sua memória isoladamente, visto que o ato de rememorar envolve, por si só, o grupo. Além dessa confluência com a memória, o gênero inclui intersecções com a história, uma vez que ambas são regidas pelo pacto referencial, ou seja, buscam a verdade. Entretanto, não se pode perder de vista o caráter criativo da memória do qual fala Proust (1954 *apud* Seixas, 2004). A esse respeito, e no âmbito das autobiografias, Lejeune (2008, p. 66) enfatiza: “Dizer a verdade sobre si, se constituir em sujeito pleno, trata-se de um imaginário. Mas, por mais que a autobiografia seja impossível, isso não a impede de existir”. Ao discutir a relação entre autobiografias e ficção, o autor complementa dizendo que, por se tratar de um gênero



literário, a autobiografia “visa ao mesmo tempo o Belo e o Verdadeiro” (Lejeune, 2008, p.109).

Devido a essa dimensão do verdadeiro, são numerosos os estudos transdisciplinares que utilizam as autobiografias como *corpus* para tratar de sua relação com a história e a memória. Eurídice Figueiredo, em sua relevante obra *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*, publicada em 2017, debruça-se sobre a produção literária brasileira que versa sobre o período antidemocrático do país. Em seu extenso *corpus*, que compreende desde publicações realizadas durante a ditadura militar até obras contemporâneas, a pesquisadora realizou uma divisão em três períodos: 1964 a 1979, 1980 a 2000 e 2001 em diante. As autobiografias se fizeram presentes na amostra porque, como a pesquisa apontou, o gênero marcou a produção do segundo momento, a qual “diferencia-se pela predominância de relatos autobiográficos de presos e exilados políticos” (Licarião, 2018, n.p.)². Um exemplo dessa tendência é *Rabo de Foguete: os anos do exílio*, de Ferreira Gullar (2008), com a primeira edição datada de 1998.

Ainda estou aqui, de Marcelo Rubens Paiva (2015), em contrapartida, insere-se no contexto do terceiro período demarcado por Figueiredo, o qual “acompanha a produção literária dos últimos anos, marcada pela análise retrospectiva e beneficiária da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (criada em 1995) e, posteriormente, da Comissão Nacional da Verdade, sancionada em 2012” (Licarião, 2018, n.p.).

A obra de Paiva (2015), diferentemente da de Gullar (2008), possui uma narrativa não linear e, juntamente dos relatos autobiográficos, acrescenta dados e trechos dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade, o que destoa da forma da autobiografia clássica, narrada em retrospectiva. Não obstante, vale ratificar que, conforme destaca Lejeune (2008), o primordial para a categorização de autobiografias é o estabelecimento dos pactos autobiográfico e de verdade entre autor e leitor.

Explorando as relações entre literatura, história e memória por meio dessas duas autobiografias, passemos a um tema que, conforme Ansart (2004, p. 15), “evoca a parte sombria, inquietante e frequentemente terrificante da história”: os ressentimentos.

3 LITERATURA E RESSENTIMENTO

O sociólogo francês Pierre Ansart (2004), no capítulo “História e memória dos ressentimentos”, publicado originalmente em seu livro *Le ressentiment*, datado de 2002, dedica-se a realizar um apanhado das definições que o conceito de ressentimento recebeu ao longo da história, a fim de contribuir com alguns acréscimos que julga necessários para

2 A obra *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*, de Eurídice Figueiredo, infelizmente encontra-se esgotada nas prateleiras virtuais de *sites* como Amazon e Estante Virtual, não estando disponível para venda nem mesmo na modalidade seminova. Em consultas aos acervos das bibliotecas físicas e digitais da Universidade Federal de Juiz de Fora, também não foi possível encontrar a obra em questão. Dessa forma, por sua relevância, optou-se pelo uso da resenha realizada por Berttoni Cláudio Licarião (2018).

uma definição mais precisa do termo e que foram negligenciados até aquele momento. Além disso, Ansart se propõe a debater sobre o papel dos regimes políticos na formação de ressentimentos.

Para tanto, o autor inicia seu texto evocando a definição de Friedrich Nietzsche. Segundo Ansart (2004, p. 16), Nietzsche concebe o ressentimento como o resultado longínquo de um conflito marcado “pela sublevação dos escravos contra os dominantes”. Dessa forma, o ressentimento pode ser caracterizado como um ódio recalcado, presente na mente do indivíduo, mas que possui manifestações culturais e sociais, já que “estaria na base do igualitarismo democrático destrutivo, na fonte dos movimentos populares, socialistas e anarquistas e, em suma, na origem da decadência das sociedades ocidentais” (Nietzsche, 1971 *apud* Ansart, 2004, p. 17).

Posteriormente a esse primeiro apontamento realizado por Nietzsche, Max Scheler (1958 *apud* Ansart, 2004, p. 18) teria se empenhado em analisar os componentes do ressentimento com o propósito de fornecer uma “definição mínima e não dogmática”. Nesse mesmo sentido, Robert Merton (1965 *apud* Ansart, 2004, p. 18, grifo nosso) apresentou uma definição sucinta do termo: “um conjunto de ‘sentimentos’ em que **predominam o ódio, o desejo de vingança** e, por outro lado, o sentimento, a **experiência da impotência**, a ‘experiência continuamente renovada’ da impotente hostilidade”.

No entanto, Ansart (2004) argumenta que são necessários alguns acréscimos a essa definição. Para ele, é preciso reconhecer que há diversas formas de ressentimentos e intensidades variáveis desse sentimento; que “as representações, as ideologias, os imaginários, as crenças [...], os discursos” (Ansart, 2004, p. 20), bem como os provocadores desempenham papel importante em sua realização; que “os ressentimentos, os sentimentos compartilhados de hostilidade, são um fator eminente de cumplicidade e solidariedade no interior de um grupo, e suas expressões [...] podem ser gratificantes” (Ansart, 2004, p. 21-22).

Um último complemento indispensável, na concepção de Ansart (2004, p. 22, grifos nossos), seria adicionar à lista dos “sentimentos e emoções criadores de ressentimento” – inveja, ciúme, rancor, desejo de vingança etc. – “em primeiro lugar, a **experiência da humilhação** e, igualmente, a **experiência do medo**”.

Baseando-se nas contribuições trazidas pela psicanálise, Ansart (2004) aponta que nenhuma sociedade é capaz de anular a experiência do ódio, contudo, esclarece que

Freud não nega, de forma alguma, que os sistemas políticos possam favorecer, em maior ou menor intensidade, os ressentimentos ou que conjunturas particulares, como as guerras, levem à exacerbação dos ódios e provoquem, segundo suas palavras, o desencadeamento da barbárie (Ansart, 2004, p. 25).



No que diz respeito à democracia, Ansart demonstra, ao compará-la ao sistema de castas indiano, que essa favorece muito mais a formação de ressentimentos, uma vez que “torna possíveis as expressões de ciúme e inveja, suas manifestações, sua projeção sobre inimigos diversos, econômicos, políticos ou religiosos, sobre as instituições ou representações individuais” (Ansart, 2004, p. 27). Os ressentimentos são amplamente utilizados dentro desse sistema de governo, como, por exemplo, ao modelá-los por políticos em suas campanhas eleitorais com o objetivo de conquistar o eleitorado, mas também são considerados ao desenvolver políticas públicas e sociais. Estas visam impedir que tais ressentimentos e descontentamentos por parte da população cresçam e se tornem “perigosos” para aquele governo. No entanto, convém refletir, também, sobre como os governos antidemocráticos fomentam e manipulam os ressentimentos.

4 DITADURA E RESSENTIMENTO

A publicação do Ato Inconstitucional nº 1 em 1964 deu início a demissões e perseguições em massa de funcionários considerados opositores do novo governo militar. Nesse contexto, políticos, como o então deputado federal Rubens Beyrodt Paiva, buscaram refúgio nas embaixadas de outros países em Brasília. Rubens Paiva refugiou-se na embaixada da Iugoslávia, pouco depois exilou-se nesse mesmo país; em seguida foi para a França, de onde partiu para o Uruguai. No entanto, desistiu do destino no meio da viagem: ao pousar no Brasil para uma conexão, saiu do aeroporto e voltou para sua casa e sua família.

Quase sete anos depois, em 20 de janeiro de 1971, Rubens foi levado preso ao DOI-Codi do Rio de Janeiro, onde foi interrogado, torturado e veio a falecer na noite do dia 21. No dia seguinte, foi esquartejado e enterrado em uma praia pertencente à Marinha do Brasil. Sua família passou dias, meses e anos sem saber ao certo o seu paradeiro.

Também em 1971, Ferreira Gullar viu-se obrigado a deixar o país após passar meses na clandestinidade. Denunciado por integrar o Partido Comunista Brasileiro e por possuir, a contragosto seu, um cargo de diretor no PCB, o escritor sabia que não sobreviveria muito tempo no Brasil. Seu primeiro destino foi Moscou, na URSS, seguido pelo Chile, Peru e Argentina, de onde retornou ao Brasil em 1977. Embora não tenha sido assassinado, Gullar não passou ileso à tortura. Logo que retornou ao país, foi submetido a interrogatório, torturado e, mais tarde, liberado.

Durante o período de exílio de Gullar, Thereza, sua esposa, e seus três filhos mudaram-se para o Peru para novamente reunir a família, que, a essa altura, já se encontrava fragilizada tanto pela sua ausência quanto pela conjuntura. Dessa maneira,

é possível afirmar que, guardadas as devidas proporções, assim como Rubens Paiva e Ferreira Gullar foram vítimas da ditadura militar brasileira, também o foram as suas famílias. Nessa condição, a criação de ressentimentos é inevitável, sendo o medo um dos principais sentimentos envolvidos em sua formação.

4.1 MEDO E RESSENTIMENTO

Com a tomada do poder pelos militares em 1964 e a partida de João Goulart para o exílio, teve início o período da ditadura brasileira. A perseguição política data dos primórdios do golpe e foi se intensificando à medida que foram sendo publicados os Atos Inconstitucionais, atingindo seu ápice após a promulgação do AI-5, que ampliou os aparatos de repressão e intensificou a censura. Nesse sentido, os opositores do governo, principalmente aqueles ligados aos partidos de centro-esquerda e à esquerda, em especial ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), foram perseguidos, forçados a exilar-se ou a serem submetidos a torturas que, em muitos casos, culminavam em morte.

À vista disso, o medo era incessante na vida de tais pessoas. Ferreira Gullar (2008), em *Rabo de Foguete: os anos de exílio*, retrata como esse sentimento o acompanhou durante sua estadia no Brasil — de maneira clandestina —, na URSS, no Chile, no Peru e na Argentina, num contexto em que a América Latina era marcada pela efervescência dos regimes antidemocráticos.

Gullar, ao ser comunicado de que seu nome fora entregue por um colega do PCB aos militares, compreende que precisa se esconder. Sua primeira alternativa foi hospedar-se temporariamente e em absoluto sigilo na casa de alguns familiares e amigos. Tratou, ainda, de modificar a aparência para evitar ser reconhecido nas ruas, já que, por vezes, encontrava-se com sua esposa, Thereza. Apesar do disfarce, em uma ida ao cinema, o casal foi reconhecido por um pintor:

[...] Juntos, caminhamos para o Cine Leblon e eis que avistamos, postado junto à entrada do cinema, um pintor que, se não era nosso amigo, nos conhecia muito bem. Ele abriu os olhos surpreso de me ver e não falou nada. Entramos no cinema mas mal pude seguir o filme, preocupado com o fato de ter sido visto ali.

Aquela foi a primeira vez que alguém conhecido me viu na rua, desde que entrara para a clandestinidade. Embora não acreditasse que o pintor fosse me alcaguetar, sentia como se o encontro inesperado frustrasse todo o esforço de meses e meses de precauções e ansiedades. Além do mais, sabia que os milicos não tinham desistido de me procurar. Haviam dado uma incerta na redação do Estadão em São Paulo, julgando me encontrar lá. Meus colegas da sucursal do Rio supunham perceber, próximo ao prédio da Rua da Quitanda, sujeitos estranhos que eram vistos parados nas imediações (Gullar, 2008, p. 33).



Esse medo de ser reconhecido, de ser apanhado pela repressão, não era de maneira alguma irracional. Já há nove meses vivendo de maneira clandestina e cansado de tudo o que essa condição envolve, Gullar pagou uma quantia a um promotor da Justiça Militar para que seu nome fosse excluído da denúncia do Comitê Cultural do PCB. Contudo, isso não aconteceu e ele foi definitivamente denunciado. Diante disso, o poeta foi consultado pelo Partido sobre a possibilidade de fazer um curso na URSS. Sem outra opção, aceitou. Antes de embarcar, porém, passou alguns dias com sua família em um sítio de uma tia de sua esposa. O esposo de Tia Julieta era um general reformado, mas ao mesmo tempo ingênuo: supunha que tanto medo e tanta precaução, indo para o outro lado do mundo, era um exagero da parte de Gullar:

[...] Certa manhã ele [Ciro] me chamou à parte e perguntou se não queria que falasse de meu caso com o brigadeiro Burnier, que era seu amigo. Quem sabe, ele poderia livrar-me daquele processo. O general Ciro Perdigão era católico convicto, homem de rara bondade, mas politicamente ingênuo. Expliquei-lhe que o brigadeiro Burnier, anticomunista fanático, jamais ajudaria a uma pessoa como eu.

— Você próprio correria o risco de ser acusado de tentar proteger um comunista — disse-lhe.

— Não acha que está exagerando? — ponderou ele. — O brigadeiro Burnier é um homem religioso, temente a Deus.

— Mesmo assim bolou um plano para explodir o gasômetro e pôr a culpa nos comunistas. Essa explosão teria matado dezenas de pessoas que por ali transitam diariamente.

— Não acredito — disse o general.

Na sua boa fé, ele jamais acreditou também que dentro dos quartéis se tivessem instalado câmaras de tortura e execução de presos políticos (Gullar, 2008, p. 36-37).

De fato, o Brigadeiro Burnier, embora religioso, praticava condutas totalmente contrárias às pregadas pela igreja. Uma comprovação disso é ter liderado a tortura de presos políticos, como a do ex-deputado federal Rubens Beyrodt Paiva, dado como desaparecido durante a ditadura militar. Esse fato, conhecido na época, foi comprovado a partir de elucidações trazidas pela Comissão Nacional da Verdade em 2014 e evidenciado na autobiografia de seu filho, Marcelo Rubens Paiva (2015):

Rubens fora detido pela Aeronáutica dias antes e nenhuma notícia sua tinha chegado à família. [...] **O que correu pelo Rio, logo que se suspeitou de sua morte, é que ele morreria às mãos, ou pelo menos de tortura diretamente comandada pelo brigadeiro João Paulo Penido Burnier, aquele mesmo que queria fazer explodir o gasômetro do Rio para pôr a autoria do crime na conta dos comunistas.** A família Paiva nunca mais teve notícias oficiais de Rubens (Paiva, 2015, p. 237, grifo nosso).

O medo não se limitou ao Brasil. Ao terminar o curso na URSS, Gullar mudou-se para o Chile, onde se estabeleceu até precisar mudar-se, fugindo novamente de um regime ditatorial. Isso porque, com a queda de Salvador Allende, os brasileiros exilados passaram a ser perseguidos outra vez:

No mesmo dia, à noite, atendo o telefone: “Todavía estás aí, comunista hijo de puta!” Nada respondi. “Vamos quemar esse apartamento de mierda, escuchaste? Vamos acabar contigo!”

[...]

Dormi assustado. Às seis da manhã acordei com o soar da campainha da porta. Quem podia ser? O toque de recolher começava às seis da tarde e terminava às oito horas do dia seguinte. Para bater em minha casa àquela hora só podia ser a polícia. Desci a escada sonolento e abri a porta: era a polícia.

Quatro homens armados de fuzil avançaram sobre mim, encurralando-me contra a parede. Um deles me revistou enquanto os outros percorriam a casa, vasculhando os aposentos (Gullar, 2008, p. 177-178).

Gullar consegue engambelar os policiais, mas a tensão e o medo de não conseguir sair do país permanecem:

Entrei escabreado na Extranjería, temendo sair preso dali. Se encontrassem no processo a carta de *Chile Hoy*, eu estaria frito. Mostrei o papel do policial a um funcionário que me mandou para o balcão em frente. A mesma moça que me atendera meses atrás, atendeu-me agora. Por seu olhar vi que ela me havia reconhecido e estremei. Teria mudado de lado? Ia me denunciar? Fiquei vigiando-a (Gullar, 2008, p. 180).

O mesmo se repetiu durante o golpe militar na Argentina em 1976. Juarez, amigo que havia se hospedado na casa de Gullar por um tempo, é dado como desaparecido, o que o leva a pensar que o próximo será ele. Nesse sentido, passa por uma situação de intenso temor ao ter a campainha tocada durante a madrugada:

[...] São eles [policiais], pensei, vieram me buscar. Lembrei-me do fuzilamento da anciã. [...]

[...]

Ouvi o rumor do elevador parando em meu andar. Atordoado, quase sem pensar, me abalei, na ponta dos pés, pelo corredor em direção ao quarto. Antes de alcançá-lo, ouvi a campainha da porta tocar. Tranquei-me no quarto e fiquei ali no escuro, sentado na cama. A campainha voltou a soar. Esperei o primeiro disparo que arrebentaria a fechadura da porta. O disparo não veio. Teriam ido embora? Ou estão apenas esperando que eu saia daqui, faça algum barulho para se certificarem da minha presença?



— Não, não vou sair daqui — disse, as mãos sobre os joelhos, com medo até de respirar (Gullar, 2008, p. 258).

Apesar de ser um falso alarme, já que os “dois homens” na verdade eram seus amigos Silvia e Pedro, o medo de ser descoberto e assassinado fica exposto.

Em *Ainda estou aqui*, entretanto, o medo se mostra menos presente. Aos olhos do filho, Marcelo, Eunice Paiva era uma mulher sem medos. Mesmo tendo sido presa no DOI-Codi, submetida a interrogatórios e sem notícias do marido, ela não se abalou. Durante toda a vida, lutou vigorosamente para que a verdade sobre o assassinato de Rubens viesse à tona e que a justiça fosse feita. Nas palavras de Marcelo: “Não culpou esse ou aquele, mas o todo. Não temeu pela vida. Lutou com palavras:” (Paiva, 2015, local. 2252-2253).

Podemos supor, porém, que, caso a autobiografia fosse de autoria de Eunice Paiva ou do próprio Rubens Paiva, esse relato seria um pouco diferente. Todavia, o fato de Marcelo não escrever sobre os seus medos e os de seus familiares não significa que os ressentimentos gerados tenham sido menores, visto que o medo é apenas um dos sentimentos responsáveis por sua elaboração.

4.2 FAMÍLIA E RESSENTIMENTO

Tanto a família Paiva quanto a de Gullar vivenciaram a ausência do pai: este exilado e aquele, “desaparecido”. A dor não é menor em um caso ou outro, são situações diferentes. De toda forma, somos levados a pensar: o que aconteceria se tivessem tomado decisões diferentes? É o que também ponderam os autores, mas, como bem pontuou Gullar (1008, p. 269), “não importa. A vida não é o que deveria ter sido e sim o que foi”.

Importa, em contrapartida, perceber que sentimentos como angústia, medo, mágoa, raiva, entre outros, compõem o ressentimento, isto é, o ódio, a sensação de injustiça, que o dominado nutre pelo dominador. Ademais, é também característica do ressentimento a sensação de impotência. Gullar, ao refletir sobre a vida que deixou no Rio enquanto residia em Moscou, exterioriza isso:

Caí na realidade. E senti um aperto no coração: que estarão fazendo a esta hora meus filhos, Thereza, meus amigos no Rio? E meu gatinho Camilo? O verão irrompeu na lembrança, a praia de Ipanema sob o sol ardente, repleta de banhistas, os amigos rindo, a cerveja gelada. **Senti-me injustiçado. Por que logo eu tinha que estar no exílio?** Afinal nunca havia sido um militante político, nunca pusera a política adiante da poesia e da arte. Fora levado pelas circunstâncias a participar da Jura em favor das reformas sociais e depois contra a ditadura que se instalara no país. E de repente encontrava-me em Moscou numa escola internacional de formação de quadros revolucionários como se fosse meu objetivo tornar-me um profissional do partido, um líder

revolucionário. Não era nada daquilo! (Gullar, 2008, p. 78-79, grifo nosso).

Ainda que mantivesse relações amorosas com outras mulheres durante o exílio, Gullar almejava reunir a família novamente. Por isso, pensou nos filhos ao escolher o Peru em detrimento da Argentina para se estabelecer após ser forçado a deixar o Chile. Ao seu ver, os filhos já tinham pago caro demais pelas suas escolhas. Gullar não estava enganado: todos já haviam sofrido exacerbadamente, incluindo ele mesmo. E, ao se encontrarem em Lima, o quadro mental de cada um, bem como a relação entre eles, já estavam bastante prejudicados:

Era esse meu estado de espírito [depressivo, inseguro, desanimado] quando me reencontrei com a família, já fragilizada pelos problemas decorrentes da longa ausência. Só então entendi por que escolheram viver no Peru: Paulo tornara-se surfista e encontraria ali oportunidade de participar de competições internacionais; Luciana aderira ao misticismo e acreditava que Machu Pichu era o umbigo do mundo; Marquinhos, o mais novo, iria para qualquer lugar. Todos haviam mudado muito, inclusive Thereza que, no desamparo em que ficara, buscara nas escolas de samba e no carnaval a alegria capaz de compensar o sofrimento e as decepções. Já chegou em Lima com uma passagem de volta para, dali a um mês e pouco, retornar ao Rio a fim de desfilar no Salgueiro.

Os meses que se seguiram agravaram as tensões entre nós.

O Peru tornara-se, com a voga mística do momento, centro de atração de jovens de outros países e campo propício para o consumo de drogas. Marquinhos envolveu-se com um grupo de drogados e sumiu por vários dias, deixando-me desorientado. Paulo, convivendo com surfistas, não poderia escapar ao uso do LSD e da coca. Um dia voltou para casa falando ininterruptamente e queixando-se de que sua cabeça estava oca (Gullar, 2008, p. 199).

Seis meses após a mudança da família para o Peru, mais uma vez se separaram. Gullar conseguiu, por intermédio de um amigo, uma proposta de emprego na Argentina. Então, mudou-se primeiro e, posteriormente, Thereza e os filhos foram ao seu encontro. A essa altura, a situação de Paulo havia se agravado. Antes de ele ser diagnosticado com esquizofrenia, uma médica chegou a acusar Thereza e Gullar de serem os causadores da confusão mental do filho. Essa situação pode ter provocado a sensação de culpa e, concomitantemente, de ódio pelo governo repressor, responsável por colocar todos daquela família em estado de vulnerabilidade.



O cenário não vislumbrava melhorias. Nas palavras de Gullar (2008, p. 228), “Thereza se mostrava arrasada diante do quadro familiar: além do problema de Paulo, agravava-se a situação de Marcos, que se envolvera com drogas; Luciana praticamente trocara a família pela comunidade religiosa a que se juntara”.

A prática de exilar-se e, futuramente, levar a família, era comum naqueles tempos sombrios. Como destaca Marcelo Rubens Paiva (2015, local. 1169-1170), “ninguém sabia se a ditadura duraria. Poucos levaram a família toda. Alguns foram e deixaram a família, que depois se reuniu com eles [...]”. Se seu pai não tivesse desistido do exílio, provavelmente, teria sido esse o destino da sua família.

Com o “desaparecimento” de Rubens Paiva em janeiro de 1971, Marcelo, além de lidar com a ausência do pai, que até então não acreditava estar morto, convivía com o julgamento das pessoas:

Me fechei. Meu olhar ficou triste, como o de nenhum outro moleque. Muitos passaram a me evitar. Eu era filho de um terrorista que atrapalhava o desenvolvimento do país [...]. Em 1971, eu ficava muito tempo sozinho no banco da escola. Aos poucos amigos, eu tentava explicar que meu pai não era bandido. A maioria não tinha ideia do que se passava. A censura e o milagre brasileiro cegavam (Paiva, 2015, local. 776-780).

Além disso, Marcelo presenciou a família ruir. Pouco depois da morte do pai, faleceram também dois tios e o avô paterno, este, segundo Paiva (2015), de tristeza. Naturalmente, o menino nutria ressentimentos pela ditadura militar, mas aprendeu com a mãe, Eunice Paiva, que as tentativas de vingança não lograriam êxito, o que demonstra, de um lado, uma certa impotência e, de outro, uma confiança na justiça futura:

Eu tinha, sim, ódio dos militares. Do poder. No entanto, assistir à atuação dela [Eunice] me ensinou a não alimentar revanchismos. Ao invés de se fazer de vítima, ela falava de um contexto maior, entendia a conjuntura do continente, sabia ser parte de uma luta ideológica. [...] lutar pela democratização seria uma vingança mais efetiva, e esperar que a Justiça numa nova democracia fizesse a sua parte. O que espero até hoje (Paiva, 2015, local. 2249-2250).

Marcelo emociona o leitor ao ponderar como teria sido a sua vida e a de seus familiares caso o golpe militar de 1964 nunca tivesse ocorrido e seu pai não tivesse sido assassinado. Ao imaginar o que possivelmente passou pela cabeça do pai enquanto era torturado e percebia que não resistiria, ele escreve o que provavelmente seu pai diria a ele e a seus irmãos:

Perdão. Não verei mais vocês crescerem, não estarei mais ao lado de vocês, não consigo mais proteger vocês, não vou mais brincar com vocês, escutar suas risadas, correr atrás, nadar, não acompanharei vocês na escola, nossa casa maluca não sairá do papel, não saberei que faculdade farão, que diploma pegarão, não acompanharei vocês na vida profissional, não conhecerei seus filhos, meus netos, não verei meus netos crescerem [...] (Paiva, 2015, local. 1220-1223).

Acerca da tortura, Paiva (2015, local. 1277-1279, grifos nossos) ainda comenta sobre como ela

serve para **inspirar ódio dos próprios torturados por eles mesmos**, que se sentem culpados por não resistirem à pressão e a dor e entregar companheiros, comparsas, a família, inventar até o que não fizeram. O torturado **se sentirá então o próprio repressor**, o próprio torturador.

Vale destacar que “a tortura é patrocinada pelo Estado” (Paiva, 2015, local. 1259), não devendo ser compreendida, portanto, como a ação isolada de um ou outro militar. Os ressentimentos das vítimas, dos familiares, dos amigos, da população em geral são nutridos pelo sistema político e direcionados a ele, e não apenas aos torturadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das autobiografias *Rabo de foguete*: os anos de exílio, de Ferreira Gullar (2008), e *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva (2015), revela traços de ressentimento das vítimas em relação ao governo ditatorial, o que era esperado, visto que todos os sistemas políticos, incluindo a democracia, incitam, em maior ou menor grau, a formação desse sentimento.

Dentre os sentimentos formadores de ressentimento presentes nas obras, destacam-se, sobretudo, o medo, a raiva, a tristeza, a mágoa e a sensação de injustiça. Tanto as vítimas diretas da repressão, como Ferreira Gullar e Rubens Beyrodt Paiva, quanto os seus familiares e amigos, são afetados, como demonstra a experiência de Marcelo Rubens Paiva.

Desse modo, os relatos autobiográficos de Gullar e Paiva, construídos a partir de suas memórias individuais, compõem pontos de vista distintos e, de certa forma, complementares da memória coletiva do período da ditadura no Brasil. Nesse processo, os ressentimentos desempenham papel crucial na constituição da memória coletiva e, por conseguinte, da história nacional. Isso porque, ao lidar com esses sentimentos por meio da rememoração e da revisão, impede-se que períodos sombrios, como o que a sociedade brasileira enfrentou de 1964 a 1985, voltem a existir no futuro.



REFERÊNCIAS

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. *In*: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, p. 15-36, 2004.

GULLAR, Ferreira. **Rabo de Foguete**: os anos de exílio. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

LE GOFF, Jacques. Memória. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão e Irene Ferreira. Campinas: Unicamp, 1996, p. 423-477.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Organização Jovita Maria Gerheim Noronha. Tradução Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LICARIÃO, Berttoni Cláudio. Eurídice Figueiredo - A literatura como arquivo da ditadura brasileira. **Estudos De Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 53, p. 437-442, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2316-40185321>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/4sD5mxjcBcy9XwhrLTpqDYz/#>. Acesso em: 13 set. 2024.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. *E-book*.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 13 set. 2024.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. *In*: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, p. 37-58, 2004.

WEBER, Regina; PEREIRA, Elenita Malta. Halbwachs e a memória: contribuições à história cultural. **Revista Territórios e Fronteiras**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 104-126, jan./jun. 2010. DOI: <https://doi.org/10.22228/rtf.v3i1.57>. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/57>. Acesso em: 25 set. 2024.